

NUNO MEDEIROS

4

**Edição de livros e Estado Novo:
apostolado cultural, autonomia e
autoritarismo⁽¹⁾.**

Os agentes de prescrição, produção e disseminação do livro surgem como eixos fundamentais no entendimento dos processos de relação com a palavra escrita e publicada em contextos com características históricas particulares. Neste domínio específico, a edição e os editores constituem-se como actores com acção relevante nesses processos de relação com a cultura escrita, cuja dinâmica de articulação com outros actores, espaços e práticas (do poder administrativo ao mercado do livro, das formas de lazer aos hábitos de leitura) permite uma perspectiva sobre o campo cultural mais alargado. Extravasando a esfera cultural e nela radicando como universo reticular de colaborações, conflitos e posições – que assentam em ligações familiares, em lugares de sociabilidade, em redes de relação comercial, em pontos de contacto comuns ou

(¹) Este capítulo é amplamente tributário das sugestões e críticas resultantes, num primeiro momento, da discussão da sua forma original, uma conferência, e, em momento posterior, da intervenção de vários revisores, anónimos ou identificados, a quem agradeço. Entre os segundos particularizo o reconhecimento nos organizadores do presente volume, Nuno Domingos e Victor Pereira.

semelhantes com outros actores provenientes de esferas como a literária, a política, a académica –, o campo editorial emerge como domínio social próprio, edificando através da intervenção dos seus agentes uma das mediações mais significativas entre as várias instâncias de produção e apropriação das ideias e dos saberes. Neste âmbito, este texto pretende explorar algumas das múltiplas formas com que a edição e o editor em Portugal se foram construindo no período do Estado Novo, assumindo o estudo como objectivo essencial a interpretação da vitalidade e complexidade demonstradas pela *persona* do editor português e pelo sector de actividade em que este se posiciona, caracterizados pela existência de aspectos tensionais e contraditórios.

Estado Novo e sentido moral de classe na edição

Há uma unidade relativa no contexto abordado, que, embora se pautela pela mudança, manifesta traços de permanência. A emergência de novas propostas gráficas, algumas de apurado arrojo estético, e de novos projectos editoriais, como as edições ligadas à intervenção cultural, que se vislumbram já nos anos trinta do século XX e que simbolizam o início de um percurso de recomposição editorial – que há-de conhecer assinalável incremento na passagem para a década seguinte e ao longo da primeira parte desta –, são coincidentes com um tempo político também ele novo, materializado na constitucionalização e estabilização institucional do Estado Novo. As interferências desta mutação do campo de poder no universo do livro e, com particular incidência, no da edição não deixaram de acontecer. O trajecto programático de formalização de um regime em busca de afirmação produziu efeitos de manifesto impacto no mundo do livro editado. De um conjunto mais vasto, sobrevêm duas áreas em que as consequências na esfera social da edição foram fortemente sentidas, quer porque desencadearam movimentações colectivas de timbre organizacional, como as medidas conducentes à organização corporativa dos sectores produtivos – através da definição jurídica e material dos grêmios profissionais –, quer porque reconfiguraram a relação dos agentes governativos com todo um sector por via da institucionalização administrativa e legislativa de dispositivos de controlo e perseguição,

reconfiguração visível no recrudescimento da repressão sobre a palavra publicada⁽²⁾. Só no termo do regime, já no começo dos anos setenta, se esboça o desenho de uma nova fase da vida editorial portuguesa, ocorrendo o aparecimento de novas formas de estruturação social e comercial da edição, destacando-se o surgimento de projectos editoriais de ruptura estética e ideológica, bem como a entrada de capitais e editoras estrangeiras no panorama nacional, dando origem a novos modos de relação com o leitor (como os clubes do livro, já antes tentados mas nunca consumados). Esta nova fase não se precipita, contudo, por si própria, patenteando o universo da edição uma série de transformações que, em diálogo tenso, não raro paradoxal, com os lastros conservadores da organização do ofício, foram preparando os atributos do momento novo que se antevê nos começos da década de setenta.

Ressalve-se, sem surpresa, que o campo editorial não prefigura um objecto único e isomorficamente definido. Como esfera social autónoma, comporta evidentemente uma pluralidade de agentes e de posicionamentos no mercado que o tornam irredutível a uma massa homogénea. Não existe um mundo editorial, mas mundos diversos e com particularidades entre si⁽³⁾, por vezes bem patentes. O livro técnico não produz um sector na edição sobreponível ao livro enciclopédico e de referência, tal como o livro escolar

⁽²⁾ A título ilustrativo e somente no que concerne ao dispositivo legal de controlo, vigilância e redução do espaço plural e livre da produção e circulação de livros a partir do nascimento formal do Estado Novo até à fase terminal da II Guerra Mundial, num momento em que é dobrada a primeira década da sua constitucionalização, é aprovada a seguinte legislação: Decreto-Lei n.º 22.469, de 11 de Abril de 1933 (o próprio dia em que a nova Constituição entra em vigor); Decreto-Lei n.º 22.756, de 29 de Junho de 1933; Decreto-Lei n.º 26.589, de 14 de Maio de 1936; Decreto-Lei n.º 30.660, de 20 de Agosto de 1940; Decreto-Lei n.º 33.015, de 30 de Agosto de 1943; e Decreto n.º 34.134, de 24 de Novembro de 1944.

⁽³⁾ Vejam-se, a propósito da diversidade no campo cultural mais vasto, Howard Becker, *Art Worlds* (Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1984); e, no que concerne à própria diferenciação interna do universo da edição, Lewis Coser, Charles Kadushin e Walter Powell, *Books: the Culture and Commerce of Publishing* (Nova Iorque: Basic Books, 1982); e Pierre Bourdieu, «Une révolution conservatrice dans l'édition», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.ºs 126-127, Março de 1999, pp. 3-28.

como sub-campo não corresponde ao livro de literatura para a infância. Por outro lado, as editoras não restringem necessariamente a sua actividade a um sector de mercado. Um determinado número delas mantém mesmo a actividade livreira ou de distribuição paralelamente à da publicação de livros. Do mesmo modo, também não se pressupõe que a edição de livros em Portugal se desloque como objecto inevitável e imediatamente constitutivo de disseminação e identidade assacável a cada momento histórico, como se esse objecto tivesse que equivaler a morfologia diversa conforme o momento e as circunstâncias em que se inscreve, seguindo uma cronologia assimilada ao facto político, a despeito justamente da sua autonomia e das continuidades que vai mantendo numa escala de análise mais longa. Isto é, a exploração do panorama editorial no Estado Novo não corresponde à definição de um intervalo fechado em que a matriz de funcionamento desse panorama surgesse como configuração social delimitada de tal modo que fosse sobreponível aos momentos de formação e desagregação de um regime político, coerente dentro desse intervalo e desenhando uma configuração diferenciada fora dele.

Caracterizado, então, pela simultaneidade de traços contínuos e descontínuos, o sector português do livro durante as mais de quatro décadas observadas (princípio dos anos trinta a começos dos setenta) sofre uma transformação mitigada. Se, por um lado, se verifica a progressiva adopção de alguns traços de contemporaneidade na edição, por outro, persistem atributos que a ancoram a um mercado acanhado, estruturalmente frágil e habitado por personagens cujo sentimento de identidade tende a mitificar o editor como personalidade abnegada, heróica e amante do mundo das letras e das ideias. Ser editor em Portugal durante o período autoritário foi, a julgar pelas práticas discursivas de muitos dos seus agentes, em grande medida, aderir à noção de apostolado, sobrelevando a cultura ao negócio, assumindo mais a posição intelectual do que a função gestora. Discrepante apenas à superfície, a articulação entre as lógicas de manutenção de um *ethos* editorial suportado num espírito de devoção cultural – espírito que conhece, aliás, alguma diluição à medida que os anos finais da ditadura se aproximam – e as de assunção de uma certa vanguarda dos métodos, géneros e materiais de produção, disseminação e comercialização do livro, ganha coerência quando observada em várias durações e escalas. Nesse sentido, a análise

que aqui se empreende não deixa de explorar a variabilidade permitida essencialmente por estas últimas⁽⁴⁾, utilizadas como focos descritivos e interpretativos, percorrendo o espectro e seleccionando justamente o foco mediante a sua adequação aos propósitos explicativos, das interações e sociabilidades quotidianas e centradas na acção de personagens individuais até à alusão à macro-escala fundada nas permanências e discontinuidades de carácter mais estrutural nas suas inter-relações e nas suas incidências sociais no universo cultural, particularmente no que concerne à edição de livros.

O discurso não é, retomando ideia já exposta, uniforme. Se não se pode tomar o todo pela parte, associando a narrativa adoptada por uns àqueles que a não perfilham, ou não a demonstram, também não se pode ignorar que para um número razoável de editores o ofício de editar os remete para uma representação de si como membros de um clube de cavalheiros e desinteressados produtores culturais. Esta retórica traduz sobretudo um posicionamento social, a que não é estranho um certo sentido moral de classe⁽⁵⁾, perceptível sobretudo nos sectores que lidam com o género literário⁽⁶⁾, cujas regras de legitimidade e de hierarquia simbólica são elas próprias constitutivas de um reduto simbólico e comercial perante sucessivas comunidades: dos pares aos consumidores do objecto impresso, passando frequentemente pelos fóruns académicos. Neste sentido, pelos atributos de um objecto cultural conotado comumente como o bem por excelência entre aqueles que apresentam uma natureza estritamente simbólica, a actividade dos que o produzem instaura frequentemente uma ordem de recalçamento do lado comercial, conduzindo largos sectores da edição à obediência ao que Pierre Bourdieu designa de mundo económico invertido, «no qual as sanções positivas do

(4) A questão das durações foi utilizada e aprofundada metodologicamente como recurso explicativo noutra lugar. Confira-se Nuno Medeiros, *Edição e Editores Portugueses: Prescrições, Percursos e Dinâmicas (Décadas de 1940 a 1960)*, dissertação de Mestrado em Sociologia Histórica (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2007).

(5) Vejam-se Coser, Kadushin e Powell, *Books...*; e Ray Walters, *Paperback Talk* (Chicago: Academy Chicago Publishers, 1985).

(6) Vejam-se Pierre Bourdieu, *Les Règles de l'Art: Genèse et Structure du Champ Littéraire* (Paris: Seuil, 1992); Bourdieu «Une révolution...».

mercado são indiferentes ou mesmo negativas. O *best-seller* não é automaticamente reconhecido como obra legítima e o sucesso comercial pode ter até o valor de uma condenação» (7).

Para vários sectores da edição, portanto, do que se trata é da constituição de um mercado do avesso, pré-capitalista e simétrico do espaço mercantil, no qual a medida de sucesso parece assentar mais no reconhecimento obtido em favor da pureza e dos ideais ligados ao conhecimento ou à estética como frutos sublimes do espírito. A exclusão ou a atenuação do léxico venal gera efeitos ao nível da identidade de muitos dos editores, manifestando traços de agentes culturais professando valores não tolhidos pela redução capitalista, inscrevendo a acção dos editores na tensão antiga entre comércio e cultura, termos entre os quais, não raro, se observam relações com maior regularidade do que as proclamações retóricas podem fazer crer. Se o Estado Novo, naquilo que foram as suas características autoritárias, não é fabricante nem causa *per se* deste sentido posicional das práticas de identidade de uma parte dos editores, são precisamente essas características, aliadas às carências estruturais na constituição de um mercado de leitores suficiente, que constituem combustível representacional para o vigor que tais práticas conheceram no interior do campo editorial. O contexto, não sendo causa suficiente da adopção da negação do económico como suporte de identidade de grupos associados primordialmente à literatura, que aparece como factor de jaez mais ou menos estrutural na edição, fornece o pretexto para a sua manifestação com maior intensidade: a resistência ao autoritarismo e a intervenção providencial sobre mercados incipientes.

O mundo do livro na vertente editorial encontra-se em Portugal e durante todo o lapso temporal em análise disperso por um conjunto de empresas de pequena dimensão, frequentemente de muito reduzida dimensão, sendo as casas de médio porte menos abundantes. O atributo descrito produz uma paisagem editorial pautada por um ritmo – não constante – de extinções e nascimentos, muitas vezes mais renascimentos, dados os entraves impostos legalmente à criação de entidades destinadas à edição de livros (8),

(7) Pierre Bourdieu, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção* (Oeiras: Celta, 1997), p. 137. Veja-se também, do mesmo autor, «La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 13 (1977), pp. 3-43.

(8) O preâmbulo do Decreto-Lei n.º 33.015, publicado a 30 de Agosto de 1943, é claro na afirmação de que o reconhecimento prévio da ido-

evidenciando o campo, apesar de tudo, ao longo do tempo um crescimento da cifra total de editoriais. No plano da organização interna das casas editoras em termos do seu funcionamento, prevalece uma estruturação de teor artesanal em detrimento de um modelo moderno de funcionamento, emergindo como aspectos centrais a baixa segmentação dos agentes produtivos, a diminuta especialização interna dos seus funcionários e a prevalência de uma gestão personalizada na figura individual do editor, que tende a confundir-se com a casa que gere ou de que é proprietário. A interligação das características referidas contribui fortemente para a existência de um carácter simbólico específico, próximo de um estatuto de aura, de que o labor e a actividade editoriais se encontram imbuídos, imagem que no contexto português sobreviveu ao período ditatorial demonstrando possuir um cunho estrutural (9). O acto de publicar livros e o sentido de pertença ao reduzido grupo que se entrega a essa prática num contexto cujas condições de produção e fruição sofrem limitações profundas engendra e reforça numa parcela significativa dos editores um sentimento que, pelo menos a partir da narrativa que de si constroem, se ancora num sistema de mundividências de abnegação corporizado por uma corte de cavalheiros entregues à missão cultural, encarada frequentemente de modo distintivo como insigne. Como se mencionou, esta forma de identidade perdura na paisagem da edição portuguesa, ainda que com infidelidades e impurezas, para além do ocaso do regime, o que no modo tão alargado e prevalente com que ocorreu sugere uma divergência com outras realidades editoriais, que mais cedo evidenciaram uma ascensão do paradigma económico e intrinsecamente empresarial (10). Eviden-

neidade dos seus constituintes ou sócios é um dos elementos essenciais à autorização a conceder à fundação de entidades que editem livros ou outras publicações.

(9) Veja-se Nuno Medeiros, «Cavalheiros, mercadores ou centauros? Traços de actividade e sentido de si dos editores», in *Comunidades de Leitura: Cinco Estudos de Sociologia da Cultura*, AAVV (Lisboa: Colibri, 2009), pp. 23-61.

(10) Vejam-se, sem quaisquer pretensões de exaustividade ou representatividade, impraticáveis neste contexto, Michael Lane, *Books and Publishers: Commerce Against Culture in Postwar Britain* (Lexington e Toronto: Lexington Books, 1980); Roger Chartier e Henri-Jean Martin, dir., *Histoire de l'Édition Française*, vol. 4, *Le Livre Concurrent: 1900-1950* (Paris: Promo-

temente que a metáfora do clube de cavalheiros, cruzada no cenário adverso ao exercício do ofício editorial com o desenvolvimento num número significativo de editores de uma vocação matricialmente fundada numa *praxis* discursiva de resistência, não produz um único tipo de afirmação identitária nem um modelo exclusivo de comunicação dessa afirmação ou de relação discursiva com o mercado e, portanto, com os aspectos comerciais e financeiros.

Transformações no campo editorial

O período coincidente com a vigência do Estado Novo vai conhecer um sector editorial que se tenta acomodar entre o conservadorismo artesanal de modelos organizativos e produtivos, assentes em condições objectivas de deficiente potencialidade de mercado (e, como se viu, projectadas retoricamente em vários sectores do campo), e a dinâmica trazida por um conjunto de factores, internos e externos à edição e ao próprio país. Quanto ao primeiro termo desta relação tensa, o sector vive com os atributos que demarcam linhas de continuidade, algumas delas muito fortes, com algumas marcas estruturais da realidade tipográfica e social portuguesa. O mercado do livro é pequeno e suportado por elementos estruturais indutores de inércia, persistindo práticas tipográficas e comerciais antigas nos processos seguidos por editores e livreiros⁽¹¹⁾. Por um lado, não se pode escamotear o peso determinante da consabida ausência de uma população letrada e com hábitos de leitura sedimentados. Além disso, o sector de produção e comercialização livreira concentra a actividade numa geografia pouco diversificada, com incidência macrocéfala da capital, acres-

dis e Fayard, 1991); Pascal Fouché, dir., *L'Édition Française Depuis 1945* (Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1998); Carl Kaestle e Janice Radway, dir., *A History of the Book in America*, vol. 4, *Print in Motion: the Expansion of Publishing and Reading in the United States, 1880-1940* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008); Jean-Yves Mollier, *Édition, Presse et Pouvoir en France au XX^e Siècle* (Paris: Fayard, 2008); e David Nord, Joan Rubin e Michael Schudson, dir., *A History of the Book in America*, vol. 5, *The Enduring Book: Print Culture in Postwar America* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009).

(11) Veja-se Medeiros, *Edição...*

centando à discriminação social a inexistência de uma rede difusora com efectiva capacidade de cobertura territorial. Por outro lado, as limitações referidas, de natureza quantitativa e qualitativa, promovem a perenidade de um mercado editorial fortemente condicionado nas suas possibilidades de crescimento. Privados os editores do recurso a economias de escala, que seriam suportadas por edições com escoamento interno e externo, as tiragens são pouco expressivas, quando comparadas com outros mercados editoriais. Os obstáculos políticos, administrativos e económicos à exportação e as perdas derivadas do controlo censório e da vigilância policial actuam como factores poderosos, tanto no sucessivo adiamento da projecção internacional do livro português como na oneração excessiva do custo por exemplar. No atinente concretamente às possibilidades de penetração no mercado externo mais óbvio, o brasileiro, com o qual, aliás, se havia mantido até aos anos trinta uma relação comercial e produtiva de dominação tipográfica⁽¹²⁾, são de recordar os enormes obstáculos com que o livro português se passou a debater a partir dos anos cinquenta para entrar no espaço mercantil do Brasil⁽¹³⁾, um espaço que só tardiamente deixa de ser considerado pelos editores portugueses como domínio colonial de exportação segura.

As condições não são, pois, favoráveis à constituição de uma indústria editorial excêntrica a um vincado paroquialismo, reforçando o carácter de *petit monde* que Henri-Jean Martin e Lucien Febvre evocam como marca histórica do mundo do livro⁽¹⁴⁾. Contudo, sendo verdade que se tem de reconhecer um carácter de menor fluidez nas transformações verificadas no universo edito-

(12) Veja-se Claudia Neves Lopes, «Édition et colonisation: le marché éditorial entre le Brésil et le Portugal», in *Les Mutations du Livre et de l'Édition dans le Monde du XVIII^e Siècle à l'An 2000*, dir. Jacques Michon e Jean-Yves Mollier (Saint-Nicolas e Paris: Presses de l'Université Laval e L'Harmattan, 2001), pp. 360-371.

(13) Não será alheia às dificuldades sentidas pelos editores portugueses a promulgação pelas autoridades brasileiras do Decreto n.º 25.442, de 3 de Setembro de 1948, posteriormente alterado pela Lei n.º 842, de 4 de Outubro de 1949. Com este diploma, o Brasil embargou na prática durante oito anos a importação de obras de autores estrangeiros, traduzidos ou editados em Portugal.

(14) Confirma-se Henri-Jean Martin e Lucien Febvre, *L'Apparition du Livre* (Paris: Albin Michel, 1958).

rial em Portugal durante o período do Estado Novo, as características que o mesmo vai patentando ao longo deste período demonstram que a modificação ocorre e que se produz, como se afirmou noutra lugar, «uma dinâmica própria cujo recorte se foi desenhando com intensidades e sentidos diversos, e de modo mais visível, a partir de finais da década de trinta, princípios da de quarenta»⁽¹⁵⁾. Chegamos ao segundo termo da relação. Vai tomando forma, com coerência crescente (e não apenas visível no quadro da edição literária, embora nesta se registando com impacto mais evidente), um desenvolvimento nos modos de produção e comercialização do livro, bem como um aprofundamento da atenção às dinâmicas internacionais no que tange às correntes, autores, temáticas e géneros editoriais. O artesanato vai cedendo passo em muitas casas editoras à modernização de meios técnicos e à maior preocupação com o aprumo do livro no que respeita à sua apresentação. Os elementos gráficos, dos quais se destacam as capas, por exemplo, constituirão mesmo um observatório de transformação muito interessante, com um conjunto razoável de editores a apostar decididamente no factor estético como via de comunicação com o leitor e de afirmação de uma determinada imagem perante aquele e perante os colegas de ofício. Apesar de uma prolongada ausência de participação em certames internacionais de referência, como a Feira do Livro de Frankfurt, exceptuando até muito tarde casos individuais e claramente singulares face à generalidade do sector, o mundo editorial vai testemunhando assinalável capacidade de interpretação das movimentações internacionais, sobretudo no respeitante às correntes literárias e de pensamento que, com maior vivacidade a partir de finais dos anos cinquenta e pela mão de alguns editores, vão sendo introduzidas no mercado interno em perfeito alinhamento com a actualidade mais recente. Figuras como a do tradutor e do director de colecção ou director literário conhecem uma inequívoca expansão, mesmo se a tendência deva ser relativizada face ao conjunto das editoras. Tudo isto convivendo com um distanciamento das vagas de transnacionalização, concentração e fusão já verificáveis em sistemas-livro centrais, na expressão de Frédéric Barbier⁽¹⁶⁾, como o britânico, o francês, o norte-americano ou o alemão.

⁽¹⁵⁾ Nuno Medeiros, «Os mundos da edição em Portugal durante o Estado Novo», *Estudos do Século XX*, vol. IX (2009), p. 234.

⁽¹⁶⁾ Confirma-se Frédéric Barbier, «La librairie allemande comme modèle?», in *Les Mutations...*, dir. Michon e Mollier, pp.31-45.

Por outro lado, o recurso a novos meios de publicidade passa a ser opção de algumas editoras, mesmo se o seu reduzido contingente não autoriza a dedução de um movimento inevitável de adesão a este tipo de relação com o mercado. Chegam a surgir diversas tentativas de inaugurar um clube do livro em Portugal (à semelhança do que já, havia várias décadas, existia noutros contextos nacionais do mercado editorial), todas goradas até ao aparecimento do Círculo de Leitores em 1971. Exploram-se novas estratégias de aumento de vendas, que não deixam de fora sequer a articulação, também ela de raiz promocional, com outros suportes de entretenimento, de que é exemplo paradigmático a colecção gizada pela Editorial Verbo (editora fundada em 1958 por Fernando Guedes) e pela companhia pública – e única – de televisão: os ‘Livros RTP’. Mas os anos dos mundos da edição no decurso do Estado Novo correspondem essencialmente tanto à emergência e multiplicação de géneros editoriais, do policial à banda desenhada e à ficção científica, como à recomposição de outros, do livro técnico ao de divulgação científica e cultural, passando pelo de recepção infantil e juvenil. As mudanças não sucederam a ritmos comparáveis, evidentemente, mas o início dos anos setenta já não é, por exemplo, o tempo das bibliotecas populares como o fora trinta anos antes. Também os formatos se modificam, assistindo-se à entrada – não propriamente a uma inovação – do livro de bolso. Este passa a estar disponível para mais géneros e géneros novos, provocando ou procurando provocar no putativo leitor um consumo mais portátil, mais barato, eventualmente mais fácil.

Estas alterações sofridas pela organização do campo editorial e pelas formas de relação com o universo de consumidores são reveladoras de uma dupla inscrição dos processos de mudança na edição durante o transcurso das décadas correspondentes ao período do Estado Novo. Em primeiro lugar denunciam uma permeabilidade a dinâmicas externas, isto é, internacionais, no plano macro da esfera cultural. A oferta editorial portuguesa não demonstrou autarcia nem imunidade face ao que se ia passando noutras paragens em termos de inovações e mudanças na fileira de produção e no sistema de comercialização. É verdade que não há uma imbricação pronunciada em processos que se desenhavam noutros contextos editoriais e livreiros. O peso dos factores de imobilismo e a estreiteza do mercado não o permitem. Há, porém, um acompanhamento da novidade externa, traduzido tanto na transfigu-

ração de mecanismos de funcionamento do circuito do livro como no surgimento de novas formas de venda e essencialmente de novos géneros. O que transporta a análise para a segunda inscrição apontada, relativa ao facto de ter havido nas décadas de trinta a setenta efectivas mudanças nos públicos e nos seus gostos e padrões de consumo, nomeadamente nas práticas culturais e mais genericamente de lazer, concomitantes com um espaço social de oferta e procura bens culturais em expansão e diversificação, nomeadamente quanto a cinema, televisão e música. Isto é, as transfigurações que foram ocorrendo no campo do livro editado são susceptíveis de ecoar possíveis modificações na própria estrutura e espectro das inclinações e predisposições de leitura, com públicos mais diversificados na apetência e disponibilidade de contacto com novos conteúdos, géneros e autores, apresentados sob novas formas. Apetência e disponibilidade para as quais os aspectos gráficos e de distribuição representariam decerto um peso não desprezível. Assumir a opção explicativa que exagere esta expansão dos mercados culturais e exorbite a sua capacidade e rapidez de disseminação social a franjas cada vez mais ampliadas pode, todavia, fragilizar a compreensão do que se passou na esfera autónoma da edição tanto quanto escamotear a sua ocorrências e os seus efeitos no campo editorial.

Estado, regime e edição: dialéctica de interlocução e política do livro

As décadas em que vigorou o regime do Estado Novo em Portugal prefiguram, então, um tempo social particular no qual um mercado específico como o da edição exibiu, num quadro de repressão cujos efeitos não podem ser elididos, uma autonomia de desenvolvimento, percorrendo um trajecto ao qual não é estranha uma série de processos endógenos e exógenos de inovações tecnológicas, produtivas, criativas, estético-ideológicas, bem como uma diversificação de práticas e consumos, que atravessam o campo e com ele dialogam. A tónica na autonomia do funcionamento do campo não autoriza, obviamente, uma dissociação do facto político, cuja importância no entendimento dos universos editoriais se deve sublinhar. No entanto, é possível estabelecer uma distinção analítica entre relação da edição com o Estado, enquanto entidade administrativa e institucional à qual corresponderia um papel

de interlocução não confundível com o regime, e com o próprio sistema de governo, sujeito de apreciação do real a partir de balizas ideológicas autoritárias e repressivas. O quadro descrito no que à edição diz respeito, conjugando continuidade e ruptura, suscitou modos de subsistência que adquirem sentido quando perspectivados a partir da indagação das articulações do campo editorial com o(s) poder(es). Longe de optarem por uma lógica assumida de confronto generalizado, método que os conduziria inevitavelmente ao reduto da clandestinidade, os editores portugueses recorreram a estratégias de relação não concordante com a matriz política e ideológica do regime, esperando uma resposta não aniquiladora por parte deste. Simultaneamente, vários sectores da edição não deixaram de presumir no Estado um actor com responsabilidades correctivas dos desajustamentos, disfuncionalidades e falhas que os editores iam detectando no funcionamento do mercado. Fizeram-no, pelo menos, em determinadas circunstâncias. Participante no universo da edição segundo uma lógica dual, o Estado foi, a um tempo, actor e espectador na arena onde se jogou o destino do livro⁽¹⁷⁾.

Neste sentido, a interacção entre estruturas administrativas e agentes do campo editorial passa, inclusivamente, pela colaboração activa de um número significativo de editores em iniciativas estatais. O caso mais impressionante é o dos livros escolares, cerne da actividade e dos proventos de um número não desprezível de empresas produtoras de livros, implicando a participação de editores e livreiros nos concursos de adjudicação governamental – participação não estranha a disputas fortes que frequentemente sucediam entre editores na compita por um lugar no restrito lote de seleccionados para a edição e fornecimento dos livros escolares de cada ano lectivo. A colaboração, com elevados níveis de implicação, da esfera editorial neste ritual anual de iniciativa pública acarretaria, involuntariamente ou não, uma concordância com o esquema público de fornecimento de manuais, assente no livro único⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁷⁾ Yves Surel utiliza esta dicotomia terminológica, embora num contexto, historicamente pronunciado, da tradição francesa de intervenção estatal no sentido do suporte ao livro como produto de características muito particulares. Veja-se «L'État, acteur ou spectateur?», in *Où Va le livre?*, dir. Jean-Yves Mollier (Paris: La Dispute, 2000), pp. 211-228.

⁽¹⁸⁾ Veja-se Medeiros, *Edição...*

As escolhas de coexistência com o sistema administrativo num quadro autoritário possibilitaram aos editores lograr o que se designaria sem ambiguidade de relativa – mas eficaz para estes – pacificação nas relações com um poder repressivo e censório que, se nunca terá conseguido ou querido edificar e aprofundar uma política consistente do livro, como à frente se verá, também não singrou pela prática totalitária do aniquilamento dos agentes que o trabalhavam. Mesmo sem ratificação dos pressupostos ditatoriais, um número razoável de editoras seguiu uma linha da neutralidade, conformando a sua actuação à prudência de estilo ou de conteúdo. A opção é claramente estratégica, não necessariamente consciente. O exemplo acabado será o da tranquilidade relativa do percurso do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, o formato associativo de representação colectiva dos agentes do livro durante praticamente toda a vigência do Estado Novo. No decurso de uma génese em que sob a aparência de uma adesão ao sistema corporativo do salazarismo os editores e livreiros solicitaram voluntariamente a constituição de um grémio profissional, foi a actuação deste que se investiu de instrumento catalisador na interacção institucional entre os órgãos de poder e o sector da edição, dissipando o conflito e outorgando um carácter relativamente pacificado ao relacionamento que tanto o poder administrativo como o regime enquanto aparato ideológico e programático foram estabelecendo com a esfera editorial⁽¹⁹⁾. À excepção do sufrágio de 1964 para os corpos sociais do Grémio, com a eleição da lista liderada por António Alçada Baptista (editor da Livraria Moraes Editora), conotada com sectores mais declaradamente oposicionistas, cujo resultado nunca foi reconhecido (impossibilitando, dessa forma, a homologação da Direcção eleita pelo Ministério das Corporações e criando um limbo jurídico na condução dos destinos colectivos dos editores, que se prolongou até 1969), o conflito institucional dos editores enquanto colectivo com a ditadura vê-se reduzido a níveis de intensidade assinalavelmente baixos. Não é surpreendente, então, o facto de o Estado Novo não ter pautado o seu relacionamento com o órgão federativo dos interesses dos editores por comportamentos de ingerência ou interdição. Não que o regime

⁽¹⁹⁾ Confira-se Nuno Medeiros, «Editores e Estado Novo: o lugar do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros», *Análise Social*, vol. XLIII, n.º 189 (2008), pp. 795-815.

convivesse em sã partilha com o meio editorial; terá antes optado por concentrar os actos repressivos em alvos individuais.

Evitando posições de crítica aberta ou de hostilização relativamente à matriz autoritária do regime, o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros acabou por não representar puramente nenhuma das funções atribuídas às associações enquanto instrumento de acção do colectivo ou para o colectivo. Não foi certamente um veículo ideológico de socialização dos seus agremiados, que sempre souberam distinguir a sua filiação formal no Grémio do seu posicionamento particular enquanto editores individuais. Também não foi uma ferramenta posta ao serviço de um poder de arremetimento coerciva, mantendo os sucessivos órgãos directivos um rumo não confundível com as agendas do regime. Não foi sequer um braço formal no qual o colectivo dos editores visse uma faculdade de intervenção associativa perante o Estado nas suas dimensões públicas de administração. Não constituiu, por isso, uma plataforma de negociação formal ou um repositório de interesses e objectivos definidos a partir de um programa reconhecido. Parece antes ter desempenhado um papel que, de certa maneira, se revelou crucial para a edição que se foi fazendo em Portugal nos anos do Estado Novo: o de filtro relacional. É justamente este reduto posicional de mediação que determina o tipo de relacionamento que a associação profissional dos editores e livreiros foi mantendo com os poderes ao longo da duração do Estado Novo, aqui incluído o período do Estado Social ou marcelismo. Este dado de uma existência colectiva discernível como autónoma pode explicar em grande medida a aparente contradição entre as tomadas de posição de múltiplos agentes individuais da edição, de recusa ou indiferença face às instâncias públicas, e o acolhimento do Grémio às mesmas instâncias, pelo menos no período inicial da sua integração formal no sistema corporativo. O tempo foi produzindo uma relação morna e quase sempre pacífica, sem posicionamentos por parte do Grémio que afrontassem o poder nem intromissão porfiada deste na vida colectiva e institucional dos editores. Ao funcionar como uma espécie de almofada institucional de dissipação de um conflito entre os agentes do campo e as pulsões autoritárias do Estado Novo, diminuindo fortemente o potencial de antagonismo entre as partes, o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros esteve longe de ter significado uma filiação orgânica no sistema corporativo, acabando antes por representar um meio colectivo

de autonomia face às possibilidades de actuação mais radicalizada e mais repressiva do regime.

O regime não estabeleceu, contudo, sublinhe-se, um sistema de relação com os editores baseado na não-agressão ou na atenuação das vertentes repressivas. Acabou, aliás, por eleger esta via como modo praticamente exclusivo de ligação ao universo do livro. Activas no combate à dissidência ideológica, moral ou de costumes, as estruturas políticas, mas também administrativas, do Estado Novo remeteram-se – insatisfeitas⁽²⁰⁾, primeiro, desinteressadas, depois – ao mutismo e à ausência no que concerne à intervenção pública na promoção do livro e da leitura e na adequação correctiva entre os princípios culturais e os mecanismos de mercado. De facto, se chegou a haver da parte do regime alguma crença na especificidade do livro como produto diferente dos outros, a direcção da actuação governativa seguida foi a da repressão e da conformação coerciva, não a do fomento e da redistribuição. Neste domínio específico, não se estranha que a desconfiança entre Estado e edição tenha sido uma das permanências ao longo do período analisado. Malgradadas as tentativas iniciais de promoção de uma literatura oficial sob a égide do regime e seguindo a batuta das suas preferências⁽²¹⁾, a atenção do Estado Novo às perturbações e

⁽²⁰⁾ Confira-se Nuno Medeiros, «O universo editorial nos anos trinta e quarenta: a dinâmica do livro, entre persistência e mudança», in *Transformações Estruturais do Campo Cultural Português, 1900-1950*, dir. António Pedro Pita e Luís Trindade (Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009), pp. 107-133.

⁽²¹⁾ Vejam-se Daniel Melo, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001); e Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro: o Dispositivo Cultural Durante a «Política do Espírito», 1933-1949* (Lisboa: Estampa, 1999). Luís Reis Torgal, em «'Literatura oficial' no Estado Novo», *Revista de História das Ideias*, vol. XX (1999), pp. 401-402, refere uma literatura que só impropriamente se pode categorizar como oficial, preferindo a expressão de «literatura integrada no regime», mais matizada na tradução não automática, total e formal de obras e projectos editoriais como sucedâneos das propostas ideológicas do poder. Segundo este autor, o facto de não se verificar uma produção literária continuada efectivamente elaborada no âmbito das instituições ligadas à actividade governativa impede a utilização rigorosa do epíteto «oficial». A não oposição ou confrontação com o poder estabelecido, o alinhamento explícito com as suas posições e até a apropriação de certas obras – de que são exemplo alguns residentes do panteão, como Camões, ou autores mais

dinâmicas que se poderiam abater sobre o campo editorial reduziu-se em termos formais ao controlo policial das possibilidades de sedição.

Com efeito, a relação da acção governativa, enquanto acção pública, com o livro sinaliza-se em boa medida pela sua ausência. O elemento indiciador de uma vontade política de intervenção na esfera do livro é, por excelência, o da incorporação no figurino administrativo de um organismo para onde convergem competências passíveis de actividade autónoma e de sensibilidade vocacional para a área em questão. Em todo o percurso do regime autoritário nunca se criou semelhante entidade. O Secretariado da Propaganda Nacional e o seu sucessor, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, correspondiam aos órgãos da orgânica institucional do poder que funcionavam segundo uma lógica ministerial, laborando em torno de todo o universo cultural, do qual o livro e a edição eram componentes parcelares, não o dorso central da sua actuação. Os projectos iniciados nunca se terão enquadrado numa visão de conjunto radicada em competências e apetências incidentes no livro, na leitura e até na edição como objectos. O mais próximo que houve de uma intervenção não dispersa a nível público partiu do Ministério da Educação Nacional, no contexto da efémera (1952 a 1956) Campanha Nacional de Educação de Adultos e do Plano de Educação Popular. Efectivamente, no decurso do período analisado, a falta de um instituto do livro em Portugal, que veio a ser criado apenas em 1979, foi-se fazendo sentir.

Apesar das hesitações e dificuldades, o burburinho social nos círculos especializados de apelo à sua criação foi crescendo na sua intensidade e encontrando algum espaço público de manifestação. As movimentações insurgiam-se, com subtilezas diversas, contra a abulia política de apoio ao livro português. Apatia, em primeira instância, no que se reporta à saída do livro para o estrangeiro e ao alargamento do mercado externo. Os incentivos à exportação e à tradução de obras de autor português no estrangeiro eram

contemporâneos, como o Pessoa da *Mensagem* – conduzem efectivamente a análise às cautelas necessárias quanto às pretensões de classificação de um conjunto de livros, escritores e editoriais como oficiais do Estado Novo. A extrapolação do raciocínio suscita o reconhecimento da complexidade própria da génese da criação e edição literárias, exigindo cuidado em termos da sua inclusão apriorística pelos sistemas de poder no areópago das ideias que supostamente alimentam essa criação e edição.

uma miragem, desfeita em múltiplas ocasiões pela opção contrária. Sucederam-se os episódios, desde a sequência de entraves aduaneiros, cambiais ou políticos colocados à exportação para as colónias até à passividade e ausência de verdadeira pressão diplomática para com o Brasil a propósito da proibição de traduções portuguesas, passando ainda, no contexto do relacionamento com o mercado brasileiro, pela incapacidade de apoio substantivo no caso dos pagamentos «atrasados» em relação ao fornecimento de livros pelos editores portugueses a entidades e postos de venda em território brasileiro, com os créditos acumulados em virtude do congelamento ordenado pelo banco central do Brasil. Acrescentem-se à relação os sucessivos adiamentos na restituição de dinheiro devido aos editores resultante da sua participação nas feiras do livro na Guiné de 1966 e 1968 e no Festival do Livro em Angola de 1966, retidos em organismos oficiais locais. Neste domínio, a indigência dos actos governativos foi acentuada. Na maior parte dos casos constava do pagamento de algumas despesas de deslocação, do ocasional patrocínio de representação em certames bilaterais e internacionais e no apoio – traduzido essencialmente na autorização e na concessão de espaço – conferido à realização anual das feiras do livro.

No centro do coro de interpelação colocaram-se os agentes ligados profissionalmente ao livro. No órgão oficial do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, abordam-se em editorial de Abril de 1964, intitulado «Quem pensa em português, lê em português», aspectos relativos à dificuldade de expansão da edição portuguesa no mundo e de penetração do livro português no seio das comunidades emigradas. Associando o diagnóstico da situação ao vocábulo «crise», procede-se à enumeração de um cortejo de factores explicativos⁽²²⁾.

Deficiente actividade dos organismos oficiais, no que toca à criação de condições para vasta expansão do livro, quer no país quer

⁽²²⁾ A recorrência da crise nos discursos sobre o livro está presente como âncora com que os agentes a ele ligados, nomeadamente os editores, se vão fundeando na representação da realidade, manifestando narrativas em que crise tanto decorre de atributos objectivos do sistema económico em que o objecto impresso é produzido e comercializado, tidos como disfuncionais, como resulta de um dispositivo retórico de clara eficácia na edificação da identidade e especificidade dos grupos ligados ao livro, inscrevendo-se igualmente nos pressupostos reivindicativos desses grupos. Confirma-se Medeiros, «Cavalheiros...».

no estrangeiro, tendo em vista a ausência de: a) Facilidades especiais no trânsito de livros e catálogos, bem como nas transferências bancárias; b) Propaganda e divulgação quer no país, quer no estrangeiro; c) Subsídios para participações em Exposições e Congressos; d) Subsídios de edição; e) Estudo de países e meios sociológicos por forma a concluir-se da sua sensibilidade a este ou àquele tipo de cultura⁽²³⁾.

A falência do modelo político para o campo do livro e da edição imputava a não criação de um instituto público, crescentemente tomado como pedra angular da expansão do livro português, do fomento da leitura e da dinamização do mercado editorial. A aspiração não era nova. A relação que vinha sendo estabelecida com o objecto, com as práticas que fundava e com os agentes que lhes davam corpo era considerada insusceptível de transformação sem uma entidade que se preocupasse menos com a determinação do espírito do que com um enquadramento real de suporte. Os apelos à criação de um instituto público, normalmente apodado Instituto do Livro, Instituto Português do Livro ou Instituto Nacional do Livro, foram-se sucedendo, permeando essencialmente a imprensa, com maior incidência a partir de finais da década de cinquenta. A relação do campo editorial com o Estado fazia bem a distinção deste do regime, não se coibindo de ver o primeiro como destino reivindicativo.

O efeito surtido pela multiplicada exortação foi nulo. Impotente nos esforços de materialização de um *corpus* literário oficial através da edição própria e da retenção cultural normativa no plano do compromisso com o campo autoral durante os anos de poder autoritário, o Estado nunca terá procedido a um re-equacionamento do papel que desde cedo se reservou, rigidificando uma posição que limitou as modalidades de intervenção à rotinização de dispositivos de vigilância repressiva e censória, abandonando progressivamente ao definhamento absoluto as tentativas de produção,

⁽²³⁾ *Livros de Portugal*, n.º 64, Abril, 1964, pp. 2-3. Luís Borges de Castro, em entrevistas publicadas nos periódicos *A Tribuna*, de Lourenço Marques (transcrita em *Livros de Portugal*, n.º 76, Abril de 1965, pp. 3-6), e *Diário Popular/Suplemento*, de 12 de Agosto de 1965, pp. 1 e 5, reitera genericamente as sugestões apresentadas no editorial citado, a que acrescenta a proposta de criação de um subsídio de exportação do livro pelas entidades oficiais.

promoção, parceria ou assistência à edição, excluído o monopólio da publicação de determinado tipo de manuais formativos, opúsculos propagandísticos e periódicos institucionais. Convertendo a heteróclita constelação de valores que o sustentavam num quadro normativo a manter escrupulosamente, o poder central organiza um feixe de «instrumentos desautorizadores das racionalidades alternativas»⁽²⁴⁾ às suas. Esgotada a ofensiva, pouco vultuosa, da influência, o regime interferia na esfera cultural, nomeadamente no mundo editorial, recorrendo à injunção. Ao dinamismo socialmente discernível no sector, a orgânica do Estado respondia com a sanção punitiva, ou com a ameaça dela, permanentemente actualizada e recuperada, subjugando desafios e encruzilhadas pela opção repressiva, supressiva e correctiva⁽²⁵⁾. Acossado pela conflitualidade de pensamento e pela proliferação de verdades, o Estado Novo localizava a sua acção num modelo coactivo da produção de sentido, desejada unívoca e imposta vinculativamente.

Ordem repressiva do livro: quotidiano, imbricação e resistência

A máquina repressiva que apostou na censura como uma das pedras angulares da afirmação governativa no panorama da circulação das ideias sujeitava subsidiariamente editores, escritores, tipógrafos e livreiros a decisões de ampla latitude discricionária. De proibições e desaconselhamentos também se encarregavam outros órgãos de Estado, e com sentido igualmente vinculativo, como as decisões dos gabinetes ministeriais ou dos próprios titulares das pastas. Etribado na Direcção dos Serviços de Censura e no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, o registo procura a lógica tentacular, passando por uma variedade institucional que tocava o Ministério do Exército, a Legião Portuguesa, a Obra das Mães pela Educação Nacional, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, os sindicatos nacionais. Mas os braços da censura estendiam-se muito para lá da capacidade ope-

⁽²⁴⁾ Jorge Ramos do Ó, *Os Anos...*, p. 33.

⁽²⁵⁾ Sobre o poder de influência e poder de injunção da acção pública do Estado Novo, vejam-se *Ibidem*, esp. pp. 39-40; e Carlos Reis, «A produção cultural entre a norma e a ruptura», in *Portugal Contemporâneo*, vol. II, dir. António Reis (Alfa: Lisboa, 1996), esp. p. 595.

rativa no terreno, vivendo desse mesmo terreno enquanto suporte social da vigilância repressiva. Meio século é tempo bastante para a sedimentação de uma trama de instâncias colaborativas, colectivas e individuais, mobilizadas em torno da utilização da delação e da queixa como utensílios de recurso regular. Infiltrados na malha social, o espectro da sua existência acabou por fazer parte do quotidiano, realidade que tanto serviu os propósitos da manutenção do *statu quo*. À imprevisibilidade, arbitrariedade e ambiguidade do sistema censório⁽²⁶⁾ acrescentava-se esta feição difusa, cuja eficácia era reiteradamente posta à prova pelos artificios de contra-dominância e tenacidade que as instâncias autorais e editoriais iam gerando.

A realidade compressiva aí estava, bem concreta e capilar para que possa ser diminuída. Se este quadro não traduziu uma subordinação dos editores enquanto agentes individuais ao Estado Novo, que não existiu quando se olha para a generalidade do sector, significou que não puderam voltar completamente as costas às circunstâncias e aos interlocutores coevos. A análise não deve esquecer que os actores da edição se achavam amplamente limitados nas suas possibilidades de expansão mercantil, nomeadamente através da exploração de mercados estrangeiros e coloniais, e se encontravam forçados à assunção de um papel a partir de um guião ritualístico desenvolvido socialmente na micro-escala. A falta de participação activa dos editores nos desígnios mais propagandísticos do regime, bem como a ética de resistência que pautou a prática de muitos, não podem ser pensadas fora da natureza contingente das estruturas económicas, políticas, culturais e intrinsecamente sociais que governaram o ofício da edição. Assumir um discurso eminentemente cultural não foi apenas uma

⁽²⁶⁾ Sistema, saliente-se, altamente propenso a inconsistências. A ambivalência regulamentar, a latitude na sua interpretação, a dispersão organizativa e geográfica do controlo, a assintonia entre a natureza do trabalho e o perfil dos funcionários, imprimiram um cunho com múltiplas faces ao produto da censura. Atravessada por contradições e paradoxos que nunca logrou extinguir, a censura edificou um dédalo de procedimentos e decisões pautado abundantemente por incoerências e dualidades. Vejam-se, a título de exemplo, os casos relatados por Cândido de Azevedo em *Mutiladas e Proibidas: Para a História da Censura Literária em Portugal nos Tempos do Estado Novo* (Lisboa: Caminho, 1997).

forma de elaborar um sentido de si para um conjunto não desprezível de editores num contexto de supressão da liberdade e de baixíssimos índices de alfabetização, constituindo também uma dimensão identitária fundamental na gestão dos processos contraditórios na edição portuguesa, ambas essenciais à sua sobrevivência e transfiguração. Em todo o caso, o nascimento de novos projectos no campo da edição, a adesão massiva dos escritores a princípios contraditórios com os do Estado Novo⁽²⁷⁾, a actividade livreira clandestina ou semi-clandestina, as sucessivas razias e apreensões ou a existência de um *index* moderno com centenas de títulos interditos que nunca deixou de engrossar⁽²⁸⁾, constituem exemplos de uma actividade de resistência que se acantonou nos domínios da escrita e da sua publicação, alimentando polarizações simbólicas, tornando árduo, em muitos casos impossível, o estabelecimento de plataformas doutrinárias de entendimento ou cooperação com os desígnios oficiais.

Omnímodos no distanciamento operado, desde o recato mais circunspecto até à confrontação aberta, houve uma série de editores que se dispôs ao provimento de alternativas conceptuais às do salazarismo, normalmente apresentadas como tributárias de ideias novas, embora também se tenha sentido o aparecimento de projectos convictos na sua audácia (estética ou doutrinária) e pertinazes na sua acção de resistência e publicação do que se poderia designar de escritos de ruptura. Com áreas de sobreposição e dissemelhantes nas suas variantes de actuação, um leque signifi-

(27) Tendência que, embora objecto frequente de simplificação, não deixa de retratar um movimento que foi aumentando. Se a armada de escritores nacionalistas que frequentava o Chiado (veja-se Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português: o Salazarismo Entre a Literatura e a Política* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008) não corresponde certamente ao último momento de alguma pujança e projecção públicas por parte de escritores ideologicamente mais próximos ou conotados com as forças e sensibilidades que sustentavam o Estado Novo, os mecanismos de legitimidade no universo literário parecem a partir do fim da II Guerra Mundial oscilar irremediavelmente para o lado das correntes de oposição ou de ruptura.

(28) Para uma perspectiva aproximada dos títulos proibidos durante o período ditatorial, vejam-se Presidência do Conselho de Ministros – Comissão do Livro Negro Sobre o Fascismo, *Livros Proibidos no Regime Fascista* (Mem Martins: Comissão do Livro Negro Sobre o Fascismo, 1981); e Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro* (Lisboa: Caminho, 1999).

ficativo de editoras constituiu ao longo de todo o lapso temporal abordado uma agência não despicienda de vitalidade cultural, consumando-se como lugar de recusa das tentativas de asfixia e redução do pensamento e de imposição de uma matriz de criação e difusão ideológica. A relação com os instrumentos repressivos do poder instituído acabava por constituir uma inevitabilidade, inscrita numa rotina que afectou transversal e profundamente a edição. A fuga à imposição fazia-se na prática de algumas editoras por uma espécie de desdém da ignorância. Compelidos legalmente à apresentação de obras de temática política, social e económica para escrutínio sancionatório prévio da censura, muitos editores refugiavam-se numa insanável dificuldade classificativa, argumentando desconhecimento sobre quando é que um volume chancelado editorialmente por si recaía sem equívocos nas categorias legisladas. Francisco Lyon de Castro, fundador em 1945 das Publicações Europa-América, refere uma reunião de editores no Grémio Literário da qual saiu um pacto de recusa de colaboração com os objectivos compressivos, não enviando livros à censura com carácter prévio⁽²⁹⁾. A conjugação de factores prestava-se, como se prestou, a um confronto de imposição e oposição. Fustigados pelo aparelho compressivo, os editores forjaram utensílios de contra-dominância que foram sendo afinados nas constantes encenações a que estavam obrigados no relacionamento directo e indirecto com a censura e a polícia política.

As idas habituais aos Serviços de Censura, a instâncias oficiais ou de moto próprio, sedimentavam-se no quotidiano mensal, por vezes semanal, de larga proporção de editores, convivas forçados de encontros relacionados com pareceres e sentenças cuja sanha não poupava sequer os textos de contracapa e badana nem os catálogos de livros, obrigados à estampa do visto de «Autorizado». Pediam-se explicações e ouviam-se justificações, de parte a parte. Inconformados com decisões vistas como injustas ou incompreensíveis, embora, obviamente, muitas vezes as antecipassem, os responsáveis editoriais iam aprendendo registos discursivos e relacionais. Os esquemas socializadores correspondiam a experiências reiteradas de relação com as práticas institucionais da censa-

(29) Confira-se Francisco Lyon de Castro, «Percurso de um editor», in Azevedo, *A Censura...*, p. 543.

ra e de interacção directa com os tiques dos seus representantes. Estabelecia-se um jogo, de eficácia relativa, entre os intentos repressivos e a fundamentação editorial. Ao editor, tanto como ao escritor, interpelado pelos censores, acometia-se o desempenho de um papel, mecanizado à custa da sua repetição, que congregava paciência, capacidade argumentativa e dotes retóricos e teatrais. Por vezes, a argúcia do simulacro de alguma bonomia, desinteressada até, com que se abordava o oficial do regime tinha já de levar o selo da estratégia.

O carácter frequentemente rugoso da realidade condensa vasta gama de exemplos de práticas clandestinas e em clara contramão relativamente aos ditames superiores. Alguns destes casos transgressivos são verdadeiramente surpreendentes, provindo dos agentes mais insuspeitos. Terá de ser o que ocorria no espaço da livraria da Coimbra Editora. Fundada em 1920 por vários sócios, de entre lentes universitários (como António Oliveira Salazar, José Alberto dos Reis, mais tarde Presidente da Assembleia Nacional, Paulo Mereia ou Beleza dos Santos) e homens ligados ao livro (sobressaindo Arménio Amado, editor que abandonou a editora em 1929⁽³⁰⁾), a Coimbra Editora visava oferecer vigoroso contributo à dinamização do panorama editorial dos livros didácticos e jurídicos. Fortemente enquadrado no contexto do seu surgimento, o projecto pretendia promover a correspondência entre a actividade teórica de um grupo que se afirmava num conjunto de áreas do saber, com incidência maioritária no Direito, e a materialização tipográfica dessa actividade⁽³¹⁾. Numa editora com quotas distribuídas, entre outros, pelo chefe de governo, publicam-se e distribuem-se os emblemas da denúncia social e da contestação ideológica. O neo-realismo é um particular beneficiário dos préstimos da Coimbra Editora, que dá à estampa a 'Novos Prosadores'⁽³²⁾, além de ser a

⁽³⁰⁾ A criação da Coimbra Editora operou-se através da incorporação da empresa França & Arménio, empresa conimbricense de edição com um historial encetado no início do século.

⁽³¹⁾ Veja-se, a este respeito, Eduardo Dâmaso, «Coimbra Editora: a casa dos mestres», *Público*, 5 de Dezembro de 1991, p. 37.

⁽³²⁾ Coleção em que surgem como autores destacados membros da literatura de visão social, nos antípodas do projecto cultural salazarista: Carlos Oliveira, Fernando Namora, Joaquim Ferrer, Tomás Ribas, João Falcato, entre outros.

distribuidora de sempre de Miguel Torga⁽³³⁾, emprestando assim, divulgação e espaço público a uma estética visceralmente adversária da ditadura. É precisamente no espaço de venda do livro da casa de edição fundada pelos mais elevados oligarcas do Estado Novo que se comercia o livro interdito. Segundo Fernando Vieira de Sá, nos anos quarenta, a livraria era «o ponto do país onde se vendiam mais obras proibidas, negócio que o gerente da casa não deixava por mãos alheias, declarando mesmo com todo o à-vontade: 'A minha profissão é vender papel, não é vender ideias'»⁽³⁴⁾. O gerente, de apelido Saraiva, personifica na postura discursiva o funcionário extremoso, cujo zelo ecoa desabrido na justificação de uma situação fundamental e insanavelmente contraditória. Vendendo discretamente títulos e autores banidos pela censura, com empréstimo da chave de um primeiro andar de depósito para onde não era incomum que o cliente se dirigisse sozinho, servindo-se do que entendia e pagando ao balcão, onde depositava a dita chave, o gerente afiançava com desassombro: «A minha obrigação é dar lucro aos patrões e é o que eu faço. Por isso, não vou prescindir da literatura de esquerda, pois enquanto vendo um livro ao gosto dos patrões, vendo dez ao gosto dos outros»⁽³⁵⁾. A interrupção do negócio pelos patrões não impediu que se tivessem vendido até então volumes de Marx ou de António Sérgio, cuja proibida *Introdução Geográfica* foi profusamente vendida⁽³⁶⁾.

As relações urdidas entre agentes do livro e censores compreendiam um jogo tensional que, todavia, não se fabricava inscrito numa matriz antagonónica de partes irreduzíveis. Emergia esse jogo na tessitura do confronto entre as lógicas que, passando pela dialéctica que oponha imposição a contra-imposição, a ela não se circunscrevia,

⁽³³⁾ Opção de sempre de Torga, os livros em edição de autor eram impressos nas oficinas gráficas da Coimbra Editora, com a colaboração de tipógrafos amigos, aí funcionários. Recorde-se que o escritor esteve detido sob acusação de comunismo, vindo a dispor de autorização para se ausentar do país apenas em 1950 e achando-se na sua actividade literária alvo de censura e de proibição.

⁽³⁴⁾ *Cartas na Mesa: Recordando Bento de Jesus Caraça e a 'Biblioteca Cosmos'* (Almada: Moinho de Papel, 2004), p. 69.

⁽³⁵⁾ *Apud Ibidem*, p. 69.

⁽³⁶⁾ Fernando Vieira de Sá, uma vez mais, afirma que, só ele, terá comprado desta obra «mais de quarenta exemplares a pedido de amigos que, só por esta via, conseguiam obtê-la». *Ibidem*, p. 69.

desenhando um mundo social miúdo e multimodo forjado por pessoas, não arredado de cumplicidades, alianças e acordos, variáveis nas normas voláteis que os enquadravam. Ilustrando a ideia, por vezes fabricava-se nas interacções sociais regulares entre actores que se iam conhecendo uma espécie de pacto tácito com alguma prevalência circunstancial, subsumido no desempenho quase encenado por cada uma das partes de um papel protocolar. Não foi incomum no quotidiano de trabalho de algumas casas de edição os inspectores aparecerem nas instalações tipográficas ou editoriais com o auto de apreensão, contentando-se em levar um ou dois pacotes de livros e tomando por boa a afirmação dos responsáveis pela casa de que levavam a totalidade das existências do título visado. Noutras ocasiões, era um espírito de cumplicidade ou de indulgência que imperava, dando origem a avisos discretos feitos por um ou outro inspector da polícia política aos responsáveis de certas livrarias acerca da rápida necessidade de retirar determinados exemplares das montras, evitando apreensões. Numa escala menos institucional, mais próxima das articulações próprias dos quadros de interacção quotidiana, criavam-se formas de sociabilidade forçada entre agentes do livro e membros do aparelho repressivo, obrigados à partilha de um jogo de simulacro e perseguição, com tanto de paradoxal quanto de radicado nos nós individuais em que se concretizaram essas formas de sociabilidade, por vezes de quase familiarização e inter-conhecimento.

A cultura constituída tipograficamente emerge, então, como universo fugidio às imposições de cartilha do Estado Novo. A estratégia contestatária enunciava-se frequentemente nas revistas culturais, de pendor estético ou ideológico, onde se albergavam autores e escritos aos quais de outra forma não seria facultado foro de circulação. Mais esquivas à censura, embora não libertas do seu poder mutilador, representavam um espaço de proclamação e revelação de fácil acesso que se mostrou decisivo na própria organização do campo literário e editorial. Daí, talvez, a sua profusão⁽³⁷⁾ num país que não sabia ou não podia ler. Foi-se instaurando uma

⁽³⁷⁾ Para uma panorâmica do fenómeno da imprensa cultural durante a vigência do Estado Novo, vejam-se Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985); Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)* (Lisboa: Grifo, 1996); e Daniel Pires, *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, vol. II, 2 tomos (Lisboa: Grifo, 2000).

ordem alternativa, guindada essencialmente à produção literária, ou mais visível nesta, de arrematamento simbólica concorrencial à oficial⁽³⁸⁾. A configuração das regras de organização e de entrada no confronto estabelecido receberam marcado e decisivo contributo dos editores na edificação canónica dos agentes e géneros consagrados nessa reversibilidade das relações de poder⁽³⁹⁾.

Nota conclusiva

O editor português com actividade no decurso do Estado Novo não deixou de fazer reverter as características políticas e policiais do regime em favor da conquista e da manutenção de uma posição simbólica particular no âmbito dos grupos votados à produção, circulação e consagração cultural, mesmo que eventualmente pouco comparável com o prestígio social e o destaque económico que conheceu noutros contextos nacionais do livro, como o francês ou o inglês. Com efeito, durante o período autoritário o conjunto dos editores defronta-se com uma realidade inegavelmente adversa, do ponto de vista da compressão das ideias, da inserção policial no comércio de bens culturais, da exiguidade do mercado, da progressão de meios alternativos de comunicação e entretenimento, como a rádio, o cinema ou a televisão, capazes de concorrer com o livro na disputa de atenção e prioridade de consumo. A actividade editorial durante este período foi conduzida a uma tensão inerente ao confronto entre a histórica função que assimila o labor editorial à propiciação de novidade – literária, de entretenimento, de saber – e a necessidade de conservação; conservação dos textos, conservação do próprio livro enquanto artefacto ou espécie que se reifica e conservação de uma posição no mercado em que o editor actua. Será nesta tensão que parece repousar uma parcela não despendida da explicação de um relacionamento particular, embora diversificado, do sector da edição com o contexto social, cultural e político em que viu forçado a actuar. A estrita necessidade de

⁽³⁸⁾ Veja-se Reis, «A produção cultural...».

⁽³⁹⁾ A designação é de Jorge Ramos do Ó, que conclui: «Inacessível aos braços institucionais do Estado, de costas a este virado, o facto literário desenvolveu-se pois em circuito adverso». Ramos do Ó, *Os Anos...*, p. 223.

sobrevivência e de constituição de mercados para o livro ajuda a perceber porque é que, com um pano de fundo de práticas e discursos de pouca aproximação editorial aos pressupostos não democráticos e ideológicos da acção governativa, a edição portuguesa não enjeitou o estabelecimento plural de laços com o poder.

Na equação em que se forja a conexão entre editores e contexto e onde se geram os equilíbrios e oscilações entre autonomia e heteronomia da edição, as variáveis ligadas às dinâmicas sociais e económicas mais vastas acabam por se sobrepor heurísticamente à monotonia da relação com o regime. Se o percurso aqui abreviadamente apresentado imputa ao universo do livro uma natureza paradoxal dos nexos que governam o seu relacionamento com o poder, dele se devem retirar consequências. A primeira é a de que a coexistência, muitas vezes justaposição, entre resistência ao regime e aos seus modos de actuação e interesse por uma intervenção do Estado no apoio à edição nos recorda que quer em termos de estudo do problema, quer em termos da forma como as coisas se apresentavam aos olhos dos intervenientes, o Estado Novo como entidade remível ao condicionamento autoritário e programático não se confundia com a missão outorgada ao poder público, investido de faculdades contra-disfuncionais e correctivas. Com efeito, a própria atribuição ao Estado Novo de uma roupagem homogénea e pensada como bloco dirigido de cima e personalizado numa cabeça, identificada como o seu factor e razão de existir, colide com o facto verificado e verificável que na edição de livros o contacto com o Estado Novo se traduziu numa pluralidade e numa ambiguidade intersticial de interacções constitutivas de redes que criaram e cunharam um mundo social muito mais denso e dependente da multiplicação de vontades e interesses próprios, diversos e frequentemente extirpados de superestrutura ideológica do que visões que o coloquem sobre a alçada onipotente de um só chefe, capaz de tudo perscrutar e de em tudo interferir, possam fazer crer. Outra das consequências a retirar do esforço explicativo aqui conduzido refere-se à necessidade de reiterar o fundamento autónomo dos processos sócio-económicos da arena cultural mais vasta – nela se incluindo o mundo do livro e da edição – face à tentação de os subordinar a uma história cronológica governada predominantemente pelo elemento político e institucional. A dialéctica do domínio cultural com as mudanças dos laçeres e dos gostos de parte da população, com as transformações interna-

cionais do comércio editorial, com as movimentações do mundo literário (intra e extra-muros) ou com a recomposição de mercados é reveladora da permeabilidade social desse mesmo domínio e do modo como se vai estruturando num plano não confundível com o político. A título ilustrativo desta ideia, recorde-se que a Fundação Calouste Gulbenkian desempenhou um papel inigualável como participante independente do campo administrativo com poder de interferência no mercado editorial por via da dinamização da procura, impulsionando as vendas do sector com as encomendas para recheiar e manter as bibliotecas fixas e sobretudo móveis, conferindo uma relativa independência comercial a um conjunto não negligenciável de editoras e garantindo-lhes um fluxo regular de entradas de caixa que significou certamente em não poucos casos a permanência em actividade.

É, portanto, ao eixo cultural, assimilado ao papel representado pelos editores, que cabe a parte de leão da gestão, equilíbrio e justificação das contradições. Não surpreende, então, a permanência sem modificações significativas de uma carga social auto-concedida de valorização simbólica do editor, presumindo-se da prática de muitas casas a demanda do êxito livreiro sem que isso se tivesse tornado, como noutros países, no motor da indústria do livro, designação equívoca que oculta as ambivalências de um campo onde são indistiguíveis as ressonâncias artesanais. Daqui resulta, por um lado, que a variável cultural não produziu necessariamente hierarquias simbólicas entre as editoriais que subordinassem o literário mais massificado ou – não evitando o recurso a um termo traçoeiro – popular ao alto literário, e, por outro, que o posicionamento estético, comercial e mesmo político dos editores não é passível de uma redução de tipo maniqueísta que contraponha situação e oposição. Quanto a esta dimensão, à qual alguma tradição historiográfica tende a conceder mais importância do que a que ela realmente parece possuir no que respeita ao ponto de partida onde se vão localizar as premissas interpretativas, saliente-se que não eram raras as editoras que contemplavam nos seus catálogos autores provindos de azimutes ideológicos bem afastados. Veja-se o emblemático caso da Sociedade de Expansão Cultural, editora fundada em 1948 por Domingos Monteiro, que, enquanto advogado, assumiu a defesa de diversos opositores ao regime durante a década de trinta, fundando e dirigindo o *Diário Liberal* e estando ligado à criação do Partido da Renovação Demo-

crática. Sentindo na pele a acção repressiva do Estado Novo, vê as suas obras *Bases da Organização Política dos Regimes Democráticos*, dado à estampa em 1931, e *Paisagem Social Portuguesa*, de 1944, retiradas do mercado pela proibição da censura. Não é por isso que não se constitui como estrado editorial de autores conotados com a situação e com o seu ideário. Amândio César e Adriano Moreira são dois dos nomes presentes num catálogo que se foi construindo numa mescla pontificada pela heterogeneidade. No fundo editorial da Sociedade de Expansão Cultural é possível encontrar ainda títulos de oposicionistas associados a estéticas como o neo-realismo (Manuel Mendes, Júlio Graça, Manuel do Nascimento, Armindo Rodrigues) ou obras da mais diversa filiação e extracção (de Guedes de Amorim a Ruy Cinatti, de Ana Hatherly a Vergílio Ferreira, de Joel Serrão a António Quadros). O estabelecimento de linhas divisórias com clara demarcação de campos estéticos e ideológicos entre editoras e, sobretudo, entre estas, consideradas em conjunto, e as instituições públicas é um exercício condenado à partida. Sendo descortináveis cambiantes e até diferenças marcadas entre editoriais quanto aos domínios temáticos e autorais privilegiados, não escasseiam as penetrações, infidelidades e aparentes contradições, complexificando uma disposição factorial mais linear.

Terá sido, em grande parcela, o duplamente diminuto universo da edição portuguesa (no sentido do reduzido número dos seus agentes, muitos deles cultivando entre si relações de amizade e até familiares, e da acanhada expressão do mercado, confinado quase exclusivamente ao consumo interno e com uma rede de distribuição de cobertura livreira insuficiente) que, fazendo da constelação editorial portuguesa uma ordem do livro sem condições para uma subordinação prematura à lógica do *best-seller*, permitiu a sobrevivência mais generalizada e prolongada de um ambiente editorial de matriz vocacional cuja durabilidade galgou o período pós-ditadura, manifestando uma assinalável capacidade de actualização.